

## JOVENS ESTUDANTES E CULTURA DIGITAL: Aspectos Bioculturais, Sociais e Econômicos

Marili Peres Junqueira<sup>1</sup>  
Ana Claudia Moreira Cardoso<sup>2</sup>  
Cristiane Fernandes da Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

A sociedade tem se modificado vertiginosamente a partir das novas práticas vinculadas ao mundo digital, incluindo a esfera da educação e, especialmente, a juventude. Nesse contexto de mudanças, a necessidade de produzir e atualizar conhecimentos sobre as identidades e culturas juvenis mostra-se premente. Assim, este artigo, fruto de uma pesquisa quantitativa por amostragem com 806 questionários aplicados a estudantes em escolas públicas do Ensino Médio da cidade mineira de Uberlândia, apresenta alguns usos sociodigitais desses jovens permeados por aspectos bioculturais, sociais e econômicos, como idade, sexo, etnia, religião, região, trabalho e renda familiar. Entre seus resultados, destaca-se o fato de não haver um perfil unívoco de jovem uberlandense da escola pública de Ensino Médio, mas, antes, distintos perfis que dependem de múltiplos fatores socioeconômicos que, por sua vez, influenciam e são influenciados pela própria cultura digital desses jovens. A pesquisa evidenciou ser possível compreender, simultaneamente, uma juventude global, conectada ao mundo remoto e local, a partir dos usos digitais de jovens brasileiros, mineiros e uberlandenses que frequentam escolas públicas, cuja cultura digital é marcada pela intersecção das dimensões econômica, espacial, religiosa e étnica.

**Palavras-chave:** Jovens; educação e Ensino Médio; cultura digital; perfil socioeconômico.

### YOUTH STUDENTS AND DIGITAL CULTURE: BIOCULTURAL, SOCIAL AND ECONOMIC ASPECTS

### ABSTRACT

Society has been changed dramatically by new practices linked to the digital world, including the sphere of education and especially youth. In this context of changes, there is a pressing need to produce and update knowledge about youth identities and cultures. So, this article, the result of sample quantitative research, with 806 questionnaires applied to students in public high schools from the city of Uberlândia, Minas Gerais (Brazil), presents some socio-digital behaviors of these young people, permeated by biocultural, social and economic aspects, such as age, sex, ethnicity, religion, region, work and family income. Among its results, we highlight the fact that there is no univocal profile of young people from Uberlandia in public high school, but rather different profiles that depend on multiple socioeconomic factors that, in turn, influence and are influenced by their own digital culture. Our research shows that it is possible to understand, simultaneously, global youth, connected to the remote world, and a local one, from the digital uses of young brazilians, *mineiros* and *uberlandenses* who attend public schools and whose digital culture is marked by the intersection of economic, spatial, religious and ethnic dimensions.

**Keywords:** Youth; education and High School; digital culture; socioeconomic profile.

Recebido em: 28/9/2021

Aceito em: 4/11/2021

<sup>1</sup> Autora correspondente: Universidade Federal de Uberlândia. Avenida João Naves de Ávila, 2121, bloco H, sala 20, Santa Mônica. CEP 38408-100. Uberlândia/MG, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5948736445694004>. <https://orcid.org/0000-0003-1406-8113>. [marili.junqueira@gmail.com](mailto:marili.junqueira@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). São Paulo/SP, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3898149422199355>. <https://orcid.org/0000-0003-3279-9411>

<sup>3</sup> Universidade Federal de Uberlândia. Uberlandia/MG, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8911115844059985>. <https://orcid.org/0000-0002-9704-4717>

## INTRODUÇÃO

O escopo principal deste artigo é discorrer sobre perfis bioculturais, sociais e econômicos entrecruzados com os usos de dispositivos móveis de jovens estudantes do Ensino Médio da rede pública da cidade brasileira de Uberlândia no Triângulo Mineiro. Apresenta-se, aqui, parte dos resultados da pesquisa “Novos desafios para o ensino de sociologia: jovens em trânsito”, financiada pela Fapemig, sendo selecionadas variáveis sobre o pertencimento social desses jovens. A relação entre indicadores sociais elucida as identidades dos estudantes, possibilitando a comparação de seus perfis e reflexões qualificadas nas mais diversas áreas, sobretudo na educação, interesse principal desta pesquisa.

Tratar de cultura digital remete pensar não apenas sobre o uso em si de equipamentos e produtos da tecnologia da informação; implica, *pari passu*, refletir acerca dos diferentes processos de comunicação, experiências e socializações entre os jovens (BONILLA; PRETTO, 2015). Com vistas a apreender tais sentidos ressaltando similaridades, diferenças e desigualdades entre os jovens estudantes, é que os usos de dispositivos móveis são tomados aqui a partir de pesquisas quantitativas, cujo alcance consegue mapear a população juvenil e fornecer subsídios para práticas educativas e diretrizes para políticas públicas.

Esta análise é desenvolvida em dois momentos. Este primeiro traz a fundamentação do problema a partir de discussão teórica sobre a inter-relação entre juventude, identidade, cultura digital, desigualdade social e educação, sendo, em seguida, apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa. No segundo momento são trazidos os resultados da investigação com a análise dos perfis dos jovens estudantes de Uberlândia-MG a partir de alguns aspectos socioeconômicos, culturais e sociodigitais, tais como sexo, idade, etnia, religião, região, trabalho, renda familiar e usos de celulares na escola e no dia a dia.

Espera-se que a construção desses conhecimentos sirva, nos espaços local e nacional, de subsídio para fomentar novas possibilidades de mediação ensino-aprendizagem e alicerçar a elaboração de materiais didáticos e de políticas públicas tão necessárias no atual contexto, em que cada vez mais interações sociais são mediadas digitalmente. Ademais, a crise sanitária, instaurada pela Covid-19, resultando no isolamento social, tem intensificado esse movimento e explicitado a urgência de investimentos nesse campo (NERI; OSORIO, 2020).

A condição juvenil implica passagem de posição tanto na família quanto na sociedade: filho-genitor, estudar-trabalhar, dependência-autonomia, participação sociopolítica, circulação territorial, relação em redes sociais, etc., todavia o jovem não cumpre fases etapistas, mas “inicia muitos percursos paralelos de inserção, inclusão, participação e autonomia” (ABRAMO, 2016, p. 55), remetendo, após, a exclusões e dependências alternadas. Constituída por um processo complexo e contínuo, a juventude consiste em uma categoria socialmente construída (PAIS, 1990), o que leva ao afastamento da concepção biológica de “fase da vida” para compreendê-la a partir de sua existência no plural e em contextos múltiplos, uma vez que as sociedades são chanceladas por diferentes condicionantes temporais, espaciais, econômicos, sociais e culturais.

Embora os jovens recebam uma nomenclatura unívoca no Estatuto de Juventude (BRASIL, 2013), a sua compreensão identitária requer cortes, sejam eles de ordem etária, de gênero, de etnicidade, de renda, de labor, etc. Dayrell, Carrano e Maia (2014) também ressaltam que há diferentes modos de a juventude vivenciar a sua condição, variando de acordo com suas múltiplas condições: de origem de classe, cor da pele, filiação religiosa, identidade de gênero e pertencimento territorial. É fundamental compreender as formas como essas instâncias configuram-se entre os jovens na segunda década do século 21.

Analisando a relação entre religião, novas tecnologias e renda, na pesquisa “Juventudes Sul-americanas”, da Ibase/Pólis, Novaes (2016, p. 235) confirma a “diminuição da transferência religiosa intergeracional” contraposta ao “avanço geracional no uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs)”. Se, por um lado, as novas tecnologias ampliam as formas de socialização desses jovens, por outro podem reduzir influências de instâncias tradicionais de socialização, como família, escola, religião<sup>4</sup>.

Para Sales (2014, p. 234), os jovens da atualidade são nativos digitais, nasceram na era digital e com ela interagem visceralmente; são “híbridos tecnoculturais, que operam o próprio pensamento e conduzem suas ações numa constituição simbiótica com as tecnologias [...]”. Essa experiência digital, evidentemente, influencia e é influenciada pela cultura, constituindo a chamada cibercultura (LÉVY, 1999), ou cultura digital (BUCKINGHAM, 2010); uma cultura que se desenvolve no espaço conectado digitalmente, o ciberespaço (LÉVY, 1999), e se modifica conforme as crescentes interações sociais mediadas digitalmente, sejam elas de amizade, educação, trabalho, lazer, compras, saúde ou participação política.

No campo da educação, Castells *et al.* (2007) ressaltam que as tecnologias digitais também podem contribuir para mudanças no modelo patriarcal e vertical de aprendizagem, possibilitando alterações na direção do fluxo de conhecimento, dado que agora são os jovens quem mais conhecem acerca dos usos dessa tecnologia. Certamente, por não se tratar de uma determinação tecnológica, tais mudanças apresentam direções, formas, tempos e intensidades distintas, a depender da maneira como as tecnologias são mobilizadas, distribuídas e utilizadas socialmente por grupo, instituição ou sociedade.

Novaes (2016, p. 235) salienta que o processo de socialização e sociabilidade da atual juventude é marcado pelas desigualdades sociais derivadas de suas situações econômicas e pelos modos distintos com os quais se integram nas TICs, crescentemente “imbricadas na sociabilidade, na construção de identidades, na demarcação de fronteiras sociais”.

Por meio do adjetivo “sociodigital”, Helsper (2019) qualifica esse novo tipo de desigualdade que se constitui a partir daquelas preexistentes de natureza econômica, social, cultural ou de *status*. Conforme a autora, enquanto fatores como pobreza, renda e idade intervêm na qualidade do acesso à internet (como velocidade de conexão e características dos dispositivos), “fatores socioculturais relativos à etnia, ao gênero e ao grau de instrução estão mais fortemente relacionados com desigualdades em termos de habilidades e

<sup>4</sup> Várias instituições foram modificadas a partir da década de 90 pelas TICs, com impactos inclusive na forma de se fazer pesquisa. Para tal debate, verificar Santim *et al.* (2014, p. 30).

usos das TIC” (HELSPER, 2019, p. 22, *sic*). Tais constatações reforçam a necessidade de incorporar a interseccionalidade nas análises sobre a cultura digital, possibilitando compreender as desigualdades digitais a partir das desigualdades interseccionais, afinal “não é somente etnia, gênero, condição socioeconômica ou idade que tornam alguém propenso a ser excluído do mundo digital, mas sim a combinação desses fatores” (*Idem*, p. 23).

Nesse cenário de transformações, no qual os resultados não estão predeterminados, evidencia-se a necessidade de os diversos atores e instituições sociais elaborarem políticas públicas nacionais e territoriais para evitar a reprodução das desigualdades no mundo digital, evitando, assim, o reforço, num círculo vicioso, das desigualdades sociais preexistentes.

A área da educação, pensada como palco de “grandes batalhas sobre o que as nossas instituições devem fazer, a quem devem servir, e sobre quem deve tomar essas decisões” (APPLE, 2002, p. 56), mostra-se extremamente relevante na construção de projetos que levem discentes e docentes a se apropriarem das possibilidades dessas novas tecnologias. Nesse sentido, a escola precisa “desempenhar um papel pró-ativo, ao apresentar tanto perspectivas críticas quanto oportunidades de participação” (BUCKINGHAM, 2010, p. 39).

Para que as políticas públicas de educação sejam efetivas, é mister uma análise social que investigue o “perfil socioeconômico daqueles agentes envolvidos na escola” (GONÇALVES; SANTOS, 2017, p. 178) a partir de diagnósticos atualizados; missão que esta pesquisa corrobora ao fornecer uma radiografia local sobre jovens estudantes aferida a perfis nacionais.

## ESCORÇO METODOLÓGICO DA PESQUISA EMPÍRICA

A pesquisa de campo desta investigação foi realizada em 2018, em Uberlândia, a partir da seleção de nove escolas públicas regulares presenciais de Ensino Médio, dentre as 30 existentes, ou seja, 30% do total. Os critérios de seleção das escolas foram: 1) cobertura das cinco regiões da cidade (norte, sul, leste, oeste e centro) e 2) histórico de aceite de componentes curriculares de Estágios Supervisionados e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), dado que essas escolas assumem compromisso com a formação continuada dos professores e apoiam sua formação inicial, além de abertura para a realização de pesquisa.

Os participantes da pesquisa são jovens estudantes dos primeiros e terceiros anos, diurnos e noturnos, cujo universo era de 12.925 alunos em 2018. A amostra atingiu 806 estudantes respondentes, o que representa 6,2% do total. Empregando o cálculo de amostragem estatística, com um nível de confiança de 90%, essa amostra apresenta apenas 2,814% de margem de erro para cima ou para baixo, um índice efetivamente representativo<sup>5</sup> para a análise do perfil desse universo estudantil. Do ponto de vista estatístico, portanto, as considerações desenvolvidas a seguir demonstram a realidade local.

<sup>5</sup> Mais detalhes sobre o cálculo amostral pode ser conferido no site <https://calcularconverter.com.br>. A fórmula utilizada para esse cálculo é:  $n = N Z^2 p (1-p) / (e^2 + Z^2 p (1-p))$ , sendo que  $n$  = é o tamanho da amostra obtido por meio do cálculo;  $N$  = total da população pertencente a pesquisa;  $Z$  = desvio indicado ao valor médio aceitável para que o nível de confiança seja atingido;  $e$  = é a margem de erro máxima que a pesquisa permite;  $p$  = é a proporção que desejamos encontrar no cálculo.

Foram adotados procedimentos metodológicos de teor quantitativo com o emprego de questionário autoaplicado, tendo os pesquisadores permanecido nas salas de aula para esclarecimentos quanto ao preenchimento dos questionários e às dúvidas técnicas dos respondentes. Embora o questionário contemple diversas variáveis, aqui são analisadas apenas aquelas relativas à cultura digital vinculada à idade, sexo, etnia, religião, região, labor e renda familiar, tanto sob a forma univariada quanto cruzada, cujas Tabelas e Gráficos foram auferidos pelo SPSS, um *software* especializado em estatística na área das Ciências Sociais, e também pelo *Microsoft Excel*. Tais recursos permitiram traçar o perfil e as tendências assumidas pelos estudantes de escolas públicas do Ensino Médio de Uberlândia.

A opção pela pesquisa quantitativa partiu do princípio básico das *surveys*: conhecer, descrever e explicar características da população recortada de forma representativa (WILLIAMS, 2004). Para tanto, empregamos a conjugação de três modelos de *surveys*: factual, atitudinal e explicativo (*Idem*), estando o primeiro voltado para a coleta de informações sobre a situação material dos indivíduos, a exemplo da renda, o segundo para a captura de suas opiniões, como os usos que eles fazem dos dispositivos móveis, e o último para teste de hipóteses, notadamente aqueles vinculados a maiores dificuldades de renda, escolaridade e entretenimento para etnias minoritárias e moradores de fora do centro citadino. A amostra utilizada foi do tipo probabilístico, uma vez que as características dos entrevistados coincidem com aquelas do universo estudantil, especificamente definida como amostra aleatória estratificada, pois todos os grupos do universo estudado foram representados, a saber: sexo, idade, série escolar e região.

A escolha dos indicadores sociais para esta pesquisa não foi arbitrária, mas visou, por meio de sua multiplicidade e de seus respectivos cruzamentos, a conferir o máximo de amplitude aos significados possíveis (BOUDON, 1973) que envolvem o perfil dos estudantes. Os dados desta investigação foram examinados em diálogo tanto com as discussões teóricas sobre a juventude e suas condições sociodigitais quanto com dados de pesquisas nacionais sobre usos da internet pelos jovens, possibilitando melhor compreensão sobre a transformação vertiginosa da sociedade, onde as interações sociais são, cada vez mais, vinculadas ao mundo digital, incluindo a esfera da educação e, especialmente, a juventude.

## **DESVELANDO O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS JOVENS ESTUDANTES EM UBERLÂNDIA**

Para melhor compreensão das práticas sociodigitais dos estudantes, mostra-se necessário descortinar seus perfis a partir de alguns cortes, como sexo, idade, etnia, religião, região, trabalho e renda familiar, dado que estes são elementos que os situam na sociedade a que pertencem.

Do ponto de vista pedagógico, a primeira competência específica das Ciências Humanas e Sociais aplicadas para o Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é: “Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos”, compreendendo-os

de forma crítica a partir de pontos de vista plurais e recorrendo à “decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica” (BRASIL, 2017, p. 570).

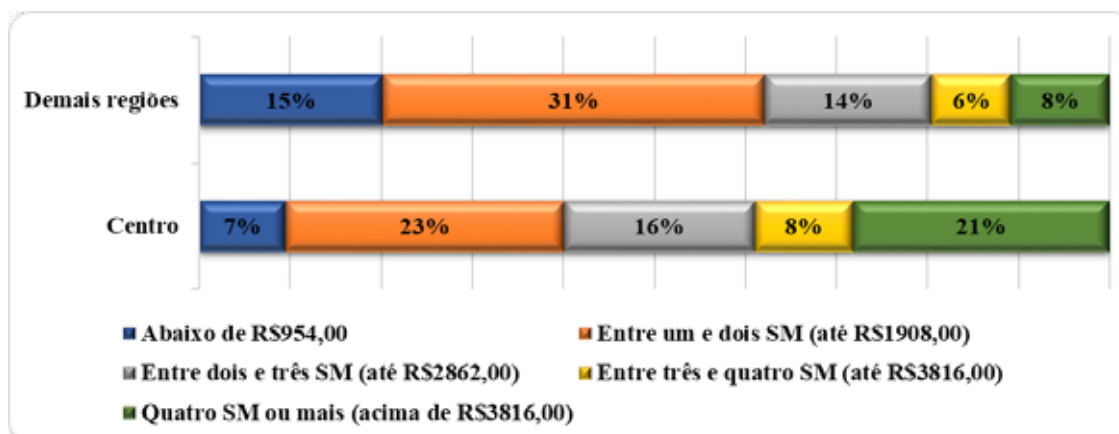
Nestes termos, esta análise busca contribuir para o debate dessa competência por meio da produção de conhecimento a partir de pesquisas locais acessíveis aos docentes, cujas práticas pedagógicas demandam a apreensão preliminar do perfil biocultural, social e econômico do seu público para com ele poder, *a posteriori*, estabelecer diálogos, recorrendo a estratégias que favoreçam a formação de um cidadão ativo, consciente e crítico.

Na composição geral por sexo, os jovens estudantes desta pesquisa são mais representados por mulheres (53%), homens (46,5%) e os demais declararam outras opções (0,5%). Eles dispõem de faixa etária concentrada entre 15 e 18 anos, com ápice nos 17 anos de idade (40%), apesar de o arco etário ser de 14 a 29 anos. Percebe-se que há uma tendência entre as escolas da região central de Uberlândia reunirem jovens mais novos (15 e 16 anos), e as demais regiões agruparem os mais velhos (17 e 18 anos), indicando, neste caso, uma entrada mais tardia na relação idade-série escolar no Ensino Médio.

O descompasso de perfil entre as escolas da zona central e aquelas localizadas nas demais regiões de Uberlândia é candente ao se confrontar quaisquer das variáveis constitutivas do perfil dos pesquisados, seja etnia, religião, trabalho, renda ou usos de dispositivos digitais. Sem entrar na discussão conceitual de centro-periferia, posto que esta é imbuída de complexidade que não cabe ser aqui discutida, ficou patente que a dimensão regional revela uma cidade cindida, demonstrando diferenças culturais, assim como desigualdades sociais e econômicas. Tendo em vista essas distinções sociogeográficas das escolas, será empregada, na presente análise, a divisão centro-demaís regiões.

As diferenças regionais são marcadas por desigualdades econômicas (Gráfico 1), estando a renda familiar entre um e dois salários mínimos (SMs) mais presente nas demais regiões do que no centro (31% e 23%, respectivamente). As situações mais díspares incidem sobre as faixas salariais extremas: na última faixa, de quatro SMs ou mais (acima de R\$ 3.816,00), e, enquanto o centro detém 21% dessa faixa, as demais regiões só conseguem 8%. Por outro lado, nas demais regiões a faixa abaixo de R\$ 954,00 representa pouco mais do dobro do que a do centro.

Gráfico 1 – Renda familiar segmentada por região das escolas públicas de Uberlândia



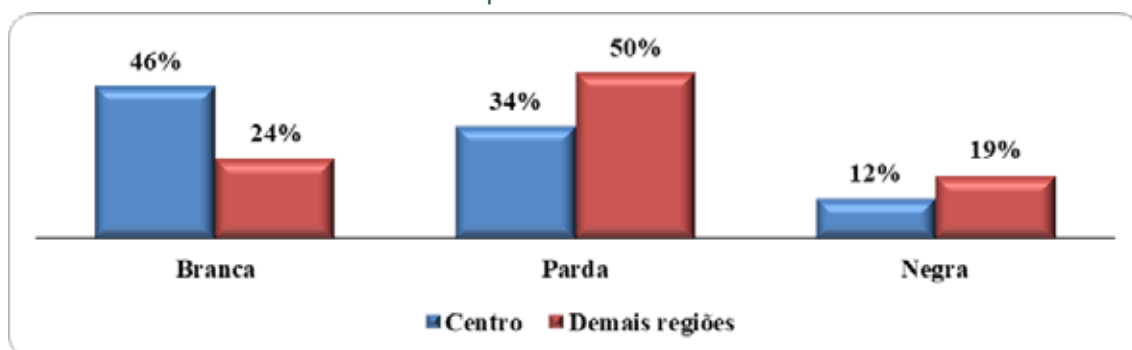
Fonte: Banco de dados da pesquisa “Novos desafios para o ensino de sociologia: jovens em trânsito” (FAPEMIG, 2018).

Este resultado não significa a inexistência de bolsão de pobreza entre os jovens que estudam no centro, pois, no cômputo geral, a maior parte das famílias encontra-se na faixa entre um e dois SMs, confirmando a tendência geral de famílias de menor renda estarem com filhos em escolas públicas. Essa desigualdade regional explicita questões sociais relevantes para serem incorporadas na construção de mediações pedagógicas nas escolas, demandando o conhecimento dos perfis dos estudantes para melhor adaptação dos conteúdos programáticos das aulas. Conforme Gasparin (2009, p. 2), o professor não deve partir do currículo ou do conteúdo do programa, mas dos “conhecimentos prévios que o educando leva para a escola dentro da área de conhecimento” a ser trabalhada.

No quesito etnia, constatou-se que os pardos assumem a maior parcela no número de estudantes, seguidos dos caucasianos/brancos e, depois, dos negros. Ao, contudo, separar as etnias entre centro e demais regiões (Gráfico 2), os pardos representam a maioria nas demais regiões, da mesma forma que os negros. Assim, nota-se a existência de um centro citadino marcado como espaço de brancos e as demais regiões de não brancos. Estas definições das categorias cor, raça e etnia, vale lembrar, remontam um longo debate nas Ciências Sociais e na Demografia. Nas últimas décadas, os resultados dos Censos brasileiros unem pardos e pretos, classificados como “população negra”, observando demandas políticas de segmentos do movimento negro (ANJOS, 2013, p. 114), mesmo que seus questionários mantenham as duas etnias separadas, dadas as questões históricas envolvidas e o debate ainda não superado.

Nesta investigação recorreu-se à autodeclaração étnica dos estudantes, um procedimento metodológico empregado inclusive pelo IBGE, sendo observado que eles apresentaram muitas incertezas para definir a sua etnia. Munanga (2004, p. 51-52) adverte que a classificação genética dos negros é problemática num país com “desejo de branqueamento” e onde “muitos brasileiros aparentemente brancos trazem marcadores genéticos africanos”, o que remete à necessidade de uma “decisão política”. Após análise dos dados desta pesquisa, percebeu-se que não era prudente fazer a junção das etnias parda e negra tendo em vista suas características diversas e as insistentes desvantagens para os negros.

Gráfico 2 – As três etnias com maior frequência segmentadas em centro e demais regiões nas escolas públicas de Uberlândia



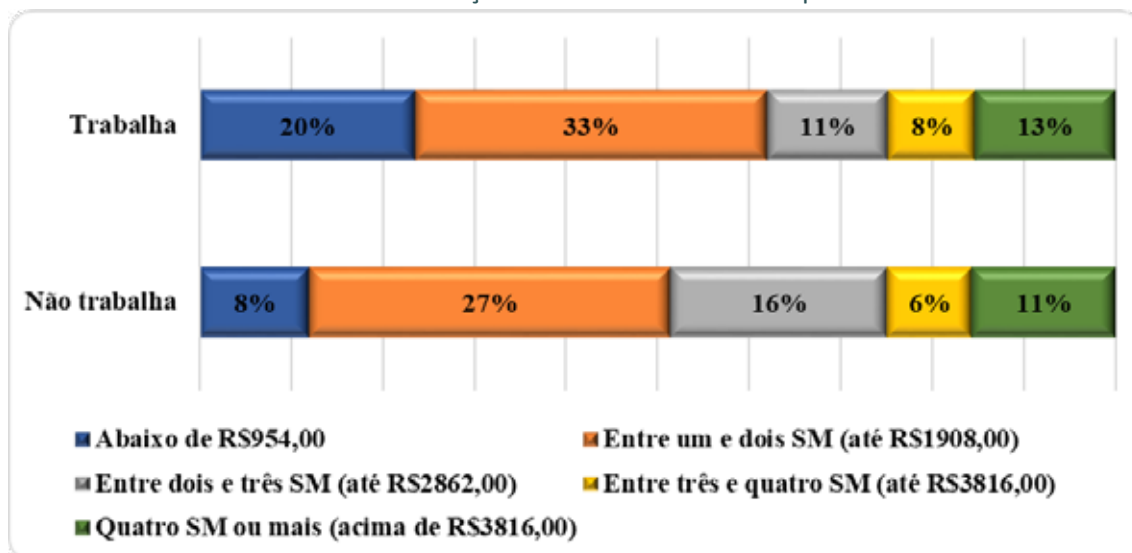
Fonte: Banco de dados da pesquisa “Novos desafios para o ensino de sociologia: jovens em trânsito” (FAPEMIG, 2018).

No âmbito religioso, retendo as três filiações mais representativas – evangélicos, católicos e “sem religião” –, percebe-se empate técnico dos “sem religião” nas duas regiões (23% no centro e 21% nas demais regiões). No centro, contudo, há uma sutil maioria de católicos (39% contra 31%) e as demais regiões comportam significativa concentração de evangélicos, superando em 14% os católicos (40% nas demais regiões contra 26% no centro).

Configura-se, assim, um centro citadino mais ocupado por estudantes declarados católicos, em contraste com as demais regiões onde vigoram seguidores de religiões evangélicas. Esses dados confirmam uma tendência religiosa observada no Brasil por Novaes (2004, p. 321), ao apontar a diminuição do percentual de católicos, o aumento dos evangélicos e o crescimento de indivíduos “sem religião” nas últimas duas décadas. Essas mudanças de perfil interessam aos docentes que trabalham com o tema religião em seus conteúdos programáticos.

No que se refere à categoria trabalho, na média geral 38% dos pesquisados trabalham, revelando um problema social pujante por se tratar de jovens em idade escolar que precisam dividir seu tempo entre estudo e trabalho. Quando o trabalho é cruzado com renda familiar (Gráfico 3), constata-se a presença do estudante-trabalhador em todas as faixas de renda familiar; resultado esperado, considerando que se tratam de rendas baixas. Para se ter um parâmetro, enquanto o salário mínimo necessário para uma família com quatro pessoas deveria ser de R\$ 3.960,57, em dezembro de 2018 (DIEESE, 2019), entre os pesquisados a renda familiar mais frequente é de até R\$ 1.908,00.

Gráfico 3 – Renda familiar e situação de trabalho nas escolas públicas de Uberlândia



Fonte: Banco de dados da pesquisa “Novos desafios para o ensino de sociologia: jovens em trânsito” (FAPEMIG, 2018).

São as duas faixas de renda familiar até dois SMs que concentram mais da metade (53%) dos jovens declarados trabalhadores. Na distribuição regional prevalecem mais estudantes-trabalhadores nas demais regiões (41% contra 30% no centro). Tais dados sinalizam que o trabalho para esses estudantes consiste muito mais em uma necessidade econômica familiar do que na busca por autonomia financeira individual, desvelando



um problema social clássico e preocupante da necessidade de trabalho entre os jovens moradores de regiões não centrais e mais pobres.

Após a análise do perfil desses estudantes, entendidos como “indivíduos situados em contextos específicos” (HELSPER, 2019, p. 24), e considerando-se que a atual cultura juvenil não pode ser compreendida sem que sejam incluídos os modos pelos quais as tecnologias digitais são apropriadas, no tópico seguinte são apresentados alguns usos de dispositivos móveis por esses estudantes em diálogo com determinadas práticas nacionais.

## **CULTURA DIGITAL COMO ESPELHO DOS USOS DE DISPOSITIVOS MÓVEIS**

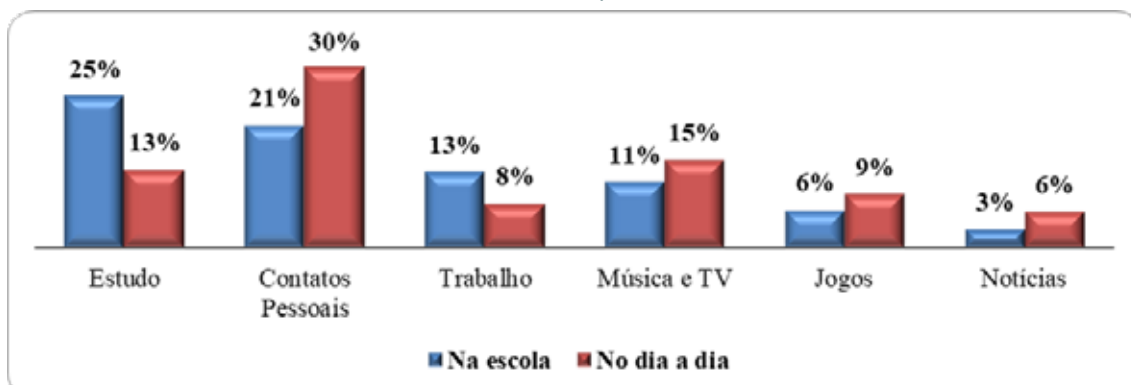
Em diálogo com as reflexões a respeito dos nativos digitais (PRENSKY, 2001; SALES, 2014) e da geração Z (COLET; MOZZATO, 2019), na qual tecnologia e juventude apresentam-se como uma simbiose, diversas pesquisas têm mostrado a relevância das tecnologias digitais na relação dos jovens com o estudo, a exemplo da TIC Educação de 2018 (NÚCLEO..., 2019a). Partindo desse diagnóstico e dos perfis dos jovens estudantes apresentados anteriormente, analisam-se aqui as formas pelas quais eles utilizam os dispositivos móveis na escola e no dia a dia, considerando, no campo macro, a importância de que docentes, gestores e estudantes modifiquem os usos cotidianos das TICs, inclusive ampliando os recursos digitais nos ambientes de ensino e aprendizagem (SARTORI; HUNG; MOREIRA, 2016, p. 136).

Conforme a pesquisa TIC Kids *On-line* Brasil, realizada em 2019 (NÚCLEO..., 2020, p. 65), dentre as crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, usuários de Internet em 2014, 17% citaram o celular como único dispositivo utilizado para acessar a internet; em 2018 foram 53% e, no ano seguinte, o índice atingiu 58%. Este aumento ocorre em todas as classes sociais, diferentemente do que é observado no acesso a partir de outros dispositivos, como o computador de mesa, portátil e *tablet*, cuja aquisição é marcada pelo pertencimento do jovem às diferentes classes sociais.

De acordo com a pesquisa TIC Educação de 2018 (NÚCLEO..., 2019a), a respeito da forma como jovens com idade entre 16 e 24 anos utilizam o celular, vê-se que telefonar, ouvir música, mandar mensagem, tirar fotos e assistir vídeo são atividades mais realizadas. Na sequência, aparecem acessar rede social, compartilhar filmes, vídeos e textos, buscar informação e baixar aplicativos e, por último, as ações de acessar páginas e *sites*, utilizar *e-mail*, SMS, jogar e usar mapas. Assim, nota-se que as atividades frequentemente citadas por jovens brasileiros são aquelas mais fáceis de serem operadas em um celular, como realizar chamadas e mandar mensagens. Em seguida, há as atividades que demandam mais conhecimento, tempo e internet de qualidade e, por fim, aparecem ações mais complexas, como a pesquisa em *sites*. Quando se analisam os dados sobre usos a partir de marcadores de classe e de etnia, percebe-se que, dentre os usuários que possuem apenas habilidades básicas, isto é, que utilizam a internet para comunicação e multimídia, há uma concentração de pessoas classificadas como não brancas e, também, pertencentes às classes C e D (KNOP, 2020).

Na investigação com os estudantes de Uberlândia foi demandado que eles indicassem os dois principais usos do celular na escola e no dia a dia, mostrando a sua relação digital intra e extraescola (Gráfico 4).

Gráfico 4 – As seis respostas com maior frequência para usos do celular na escola e no dia a dia dos estudantes das escolas públicas em Uberlândia



Fonte: Banco de dados da pesquisa “Novos desafios para o ensino de sociologia: jovens em trânsito” (FAPEMIG, 2018).

Inicialmente, observa-se a permanência dos estudos e dos contatos pessoais entre os primeiros usos para o celular. Retendo-se ao ambiente escolar, nota-se a seguinte ordem de uso: estudos, contatos pessoais, trabalho, música/TV, jogos e notícias. Já no dia a dia, as posições são: contatos pessoais, música/TV, estudo, jogos, trabalho e notícias; um quadro muito próximo daquele da pesquisa nacional TIC Educação de 2018.

A opção música/TV, apesar de assumir um percentual mais importante no uso do dia a dia (2º lugar), também se mostra relevante na escola (4º lugar); um aspecto indicativo da própria cultura juvenil, na qual esses recursos de entretenimento são deveras valorizados e constitutivos de sua identidade. Para Dayrell (2002, p. 119), o “mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil [...] Nesse contexto, a música é a atividade que mais os envolve e os mobiliza”.

Outro tema inerente à condição juvenil são os jogos. Assim, era de se esperar que, em seu tempo livre, os jovens pesquisados fizessem mais uso dos celulares para essa atividade. Os jogos, no entanto, aparecem só em quarto lugar no dia a dia e em quinto na escola; também similar aos resultados da pesquisa TIC Educação 2018, citada anteriormente.

Acerca dos usos menos citados, as notícias são mais acessadas no dia a dia (6%) do que na escola (3%), ao mesmo tempo em que esse dado assinala jovens buscando informações sobre a atualidade, sobretudo em seu tempo livre, dado que na escola não parece abrir muito espaço para esse tipo de acesso por meio dos aparelhos portáteis de seus alunos. A Lei 23.013, de 21 de junho de 2018 de Minas Gerais, disciplina o uso de telefone celular em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas. A restrição de seu uso nas salas de aula tem exceção para fins educativos, mas muitos dirigentes escolares a tomam como um veto total de seu uso, por não verem as possibilidades para fins pedagógicos e entenderem que um possível desvio de seu uso é iminente na sala de aula. Entre os demais temas irrisoriamente acessados, e que não aparecem no Gráfico 4, estão beleza e moda, pornografia, saúde, compras, religião e organização política, nessa ordem.

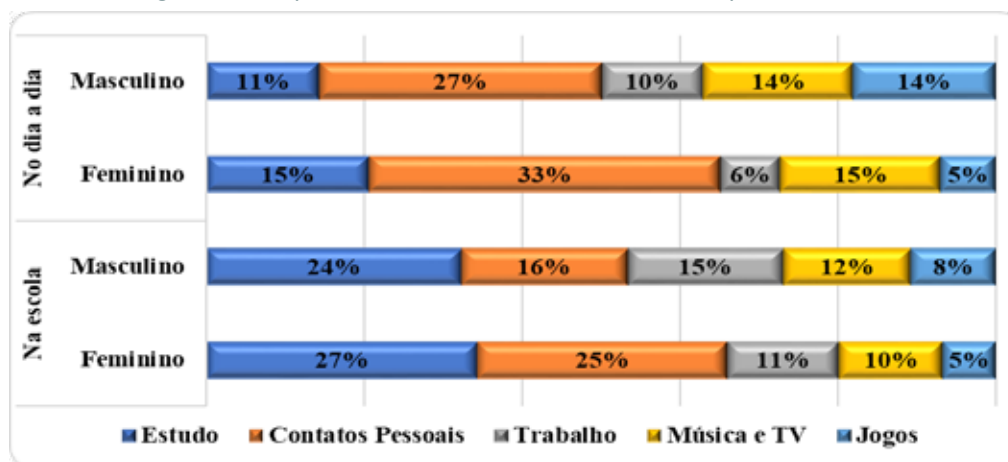
O comportamento mais notabilizado advém da variável trabalho, que já aparece em terceiro lugar na escola. Uma análise mais minuciosa mostra que, dentre aqueles que disseram usar o celular para o trabalho na escola, uma parte importante havia res-

pondido que não trabalhava. Tal fato indica que para esses jovens o termo trabalho é dotado de sentidos polissêmicos, podendo significar uma atividade remunerada, um trabalho de escola ou mesmo eventuais serviços prestados a outrem. Mesmo assim, restando apenas aqueles que responderam serem trabalhadores e, ao mesmo tempo, utilizarem o celular para esta atividade dentro da escola, o percentual continua alto, atingindo 17% dos estudantes. Fora da escola esse percentual cai ligeiramente, perfazendo 16%. Tais dados demonstram ser um público que precisa se preocupar com questões financeiras, trabalhando remotamente com seus aparelhos portáteis dentro da escola, impedindo-os, portanto, de se dedicarem exclusivamente aos estudos.

Trata-se de um problema para o presente, mas, também, para o futuro desses jovens. Isto porque, embora não tenha sido demandado o tipo de trabalho que eles realizam, os estudos da Organização Internacional do Trabalho demonstram que grande parte dos jovens de famílias com baixos rendimentos acabam se inserindo no mercado de trabalho de maneira informal e precária, e que, quando a economia informal é o ponto de partida, eles tendem a permanecer na informalidade por muito tempo (ILO, 2017), criando, assim, um círculo vicioso entre baixa qualificação, trabalho precário e reduzida remuneração, situação que se agrava num contexto em que o mundo do trabalho demanda, cada vez mais, forte qualificação profissional e tecnológica e alta educação formal. No caso dos estudantes de Uberlândia, o percentual total daqueles que responderam trabalhar com carteira assinada foi de apenas 58%, contra 42% que trabalhavam na informalidade, situação bastante preocupante dado o elevado índice de estudantes trabalhadores na informalidade.

Quando os diversos usos do celular são analisados a partir do sexo dos estudantes (Gráfico 5), verifica-se que os únicos empregos que aproximam, relativamente, homens e mulheres, são o estudo e a música/TV, embora com menor distância apenas no ambiente escolar. O uso para contatos pessoais conta com a liderança larga das mulheres tanto dentro quanto fora da escola. Já na utilização para trabalho e jogos são os homens quem tomam a dianteira. Isso demonstra que há temas mais representativos da juventude, como o estudo e a música/TV, e outros que respondem mais à condição social de gênero, como a comunicação para as mulheres e o labor e os jogos para os homens.

Gráfico 5 – As cinco respostas com maior frequência para usos do celular na escola e no dia a dia segmentadas por sexo dos estudantes das escolas públicas em Uberlândia



Fonte: Banco de dados da pesquisa “Novos desafios para o ensino de sociologia: jovens em trânsito” (FAPEMIG, 2018).

A variável etnia denota contrastes no cenário laboral no uso do celular no dia a dia: quando o trabalho aparece enquanto prática majoritária dos negros (10%), seguidos de pardos (7%) e, por fim, brancos (6%). Destarte, as condições dos brancos continuam melhores, uma vez que é esta etnia que mais usufrui do tempo de lazer, ocupando-se de música/TV e jogos em primeiro lugar; já os negros continuam dividindo o seu tempo em ambos os momentos com atividades laborais, enquanto os pardos ocupam uma posição intermediária, reforçando a escolha metodológica da pesquisa de se analisar as três etnias em separado. O trabalho continua, portanto, sendo um dos pivôs de segmentação da juventude, seja por via da etnia ou da região.

No ambiente escolar, mas notadamente no dia a dia, o uso para música/TV, bem como jogos, é liderado pelos estudantes declarados “sem religião”. Embora as porcentagens para outros usos entre as religiões sejam diferenciadas, vigora certo equilíbrio. Em termos de comportamentos, observam-se ligeiras tendências de perfis religiosos nesses dois ambientes, nos quais os católicos usam mais o celular para os estudos, os evangélicos para a comunicação e os “sem religião” para o entretenimento.

Ao distribuir a utilização do celular na escola por região, nota-se que os usos para estudos e para jogos são análogos entre centro e demais regiões, todavia no centro há mais uso do celular para música/TV (14% no centro contra 10% nas demais regiões). Nesse sentido, o estudo e os jogos colocam-se como condições que aproximam os jovens de quaisquer regiões, não obstante a questão do trabalho os afasta (há em média 11 pontos percentuais a mais de estudantes-trabalhadores nas demais regiões).

Reitera-se, portanto, um quadro em que o centro detém as melhores condições de estudo e entretenimento, concentrando ainda as rendas mais altas, enquanto os jovens estudantes das demais regiões são pressionados a assumir o labor. Dessa forma, o território, “marcado por redes de sociabilidade, características culturais e questões de infraestrutura, é importante ponto de análise para elucidar os diferentes níveis de acesso às tecnologias” (NÚCLEO..., 2019b, p. 165), sendo, ainda, o local onde as políticas públicas, entre as quais as educacionais, devem se realizar efetivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando a traçar uma radiografia socioeconômica, cultural e digital dos jovens estudantes da cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, foram recortados indicadores sociais de idade, sexo, etnia, religião, região, trabalho, renda e usos de dispositivos móveis que sugerem quem são esses jovens na segunda década do século 21.

Em termos gerais, as escolas classificadas regionalmente, em centro e demais regiões, permitem observar que no centro converge a maioria dos estudantes mais jovens, caucasianos/brancos, católicos, não trabalhadores e com maior faixa de renda familiar. Em contrapartida, nas demais regiões estão, majoritariamente, os jovens de mais idade, pardos, evangélicos, trabalhadores e com rendas familiares mais precárias.

Nos resultados do emprego do celular na escola e fora dela, de modo amplo, percebeu-se que aqueles que mais aproximam os jovens estudantes, independentemente de seu perfil específico, fomentando certa cultura digital no singular, são os usos para contatos pessoais, estudos e música/TV; já as outras utilizações, como notícias, jogos e,

notadamente, trabalho, estratificam os jovens, resultando em culturas digitais diversas e desiguais.

Diante de um contexto onde as culturas juvenis e suas práticas de sociabilidade estão crescentemente imbricadas pelas tecnologias digitais, este estudo aponta características, considerações e tendências locais em diálogo com outros estudos quantitativos e teóricos a respeito da temática. Uma dessas observações confirma a relação entre os perfis bioculturais, sociais e econômicos preexistentes e as diferentes e desiguais formas de usos dos celulares, como já identificado em outros estudos (NÚCLEO..., 2019b; HELSPER, 2019; KNOP, 2020). Se as formas de usos diferentes não significam motivos de preocupação – por exemplo, no dia a dia, os jovens “sem religião” usarem mais o celular para o entretenimento do que aqueles declarados católicos e evangélicos –, os usos desiguais, por sua vez, expressam riscos sociais. Neste caso, constata-se que utilizar o celular para o trabalho está muito mais presente entre os jovens de menor renda, de fora do centro da cidade e negros, sugerindo que as desigualdades interseccionais preexistentes influenciam os usos digitais no presente.

Outra ponderação vincula-se à relevância do local, pensado como a cidade, e também suas diferentes regiões, para a compreensão dos perfis dos sujeitos investigados. Estes não são tomados apenas a partir de suas características individuais, tampouco somente como seres globais. Considera-se, ainda, que, mesmo as políticas públicas nacionais, se realizam em espaços e territorialidades específicos. Os resultados desta pesquisa contribuem para o entendimento de que se os ventos da globalização imprimem uma cultura global, eles não eliminam as manifestações das identidades e pertencimentos locais, assinalando a importância do diálogo entre pesquisas locais e nacionais.

Um terceiro apontamento, sobretudo no que se refere ao ambiente escolar, mas sem perder de vista sua inserção macrossocial, é o de que os dispositivos móveis ainda não foram incluídos e apropriados no processo ensino-aprendizagem. Observou-se, também, que dentro do ambiente escolar o uso de celular para contato pessoal é quase tão importante quanto para estudo e, por outro lado, diminuto no acesso à informação. A subutilização dos celulares estende-se aos jogos, que poderiam ser apropriados como instrumentos de aprendizado, assim como outras mídias digitais a exemplo da música e de filmes. Uma vez que o celular já integra o cotidiano desses jovens, é convidativa a sua apropriação pedagógica no espaço escolar como mais um instrumento de ensino e de pesquisa, ao invés de criar regras para a proibição do seu uso, gerando, inclusive, o risco de um distanciamento diante das práticas juvenis dentro e fora da escola (SARTORI; HUNG; MOREIRA, 2021).

Para além dos usos dos dispositivos móveis e considerando as novas tecnologias digitais de forma ampla, mostra-se necessária a construção de políticas públicas nacionais e territoriais de educação que capacitem discentes e docentes não apenas para a alfabetização tecnológica, mas, sobretudo, para a criação de novos conhecimentos e novas linguagens, possibilitando, de um lado, que as tecnologias sejam vistas como oportunidades abertas e não como ameaças e, por outro lado, evitando a reprodução das desigualdades no mundo digital e o reforço, num círculo vicioso, das desigualdades sociais preexistentes.

Haja vista que as formas de uso e apropriação dos meios digitais são diferentes e desiguais nas diversas realidades, é condição *sine qua non* conhecer a situação concreta e local desses sujeitos sociais, favorecendo, desta forma, a efetiva representação das especificidades constitutivas de diferentes identidades grupais por parte da gestão de políticas públicas gerais e educacionais.

Assim, ao traçar os perfis e a cultura digital dos jovens estudantes de escolas públicas de Uberlândia, o objetivo e a contribuição desta pesquisa foi produzir conhecimentos atualizados por meio da relação entre o micro, meso e macro, um recurso analítico para delinear e nortear as políticas públicas de educação dirigidas a uma população com diferentes constituições regionais e locais.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena. Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: PINHEIRO, Diógenes; RIBEIRO, Eliane; VENTURI, Gustavo; NOVAES, Regina (org.). *Agenda juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 19-59. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/agenda-juventude-brasil-leituras-sobre-uma-decada-de-mudancas/>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- ANJOS, Gabriele dos. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013. Disponível em: <https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/indicadores/article/download/2934/3163>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- APPLE, Michael Whitman. “Endireitar” a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. *Currículo sem Fronteiras*, v. 2, n. 1, p. 55-78, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/apple.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca. Política educativa e cultura digital: entre práticas escolares e práticas sociais. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 499-521, maio/ago. 2015. Disponível em: [www.perspectiva.ufsc.br](http://www.perspectiva.ufsc.br). Acesso em: 4 dez. 2021.
- BOUDON, Raymond. *Métodos da sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 de dezembro de 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 4 dez. 2021.
- BRASIL. *Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas*. Brasília: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- BUCKINGHAM, David. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, set./dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/13077>. Acesso: 4 dez. 2021.
- CASTELLS, Manuel; FERNÁNDEZ-ARDÈVOL, Mireia; QIU, Jack Kinchuan; SEY, Araba. *Comunicación móvil y sociedad: una perspectiva global*. 2. ed. Barcelona: Ariel, Fundación Telefónica, 2007. Disponível em: <https://www.eumed.net/libros-gratis/2007c/312/>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- CASTRO, Mary Garcia. *Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes*. Brasil, 2004. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-por-identidades-e-de-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-acessando-g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-na-classe>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- COLET, Daniela Siqueira; MOZZATO, Anelise Rebelato. Nativos digitais: características atribuídas por gestores à geração Z. *Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle*, Canoas, v. 8, n. 2, p. 25-40, jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/5020>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11660.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). *Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2014. Disponível em: [https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo\\_juventude-e-ensino-medio\\_2014.pdf](https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo_juventude-e-ensino-medio_2014.pdf). Acesso em: 4 dez. 2021.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Valor da cesta básica aumenta em todas as capitais em 2018*. Nota à imprensa. 8 jan. 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasicas/2018/201812cestabasicas.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.

FAPEMIG. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. *Novos desafios para o ensino de sociologia: jovens em trânsito*. Pesquisa Fapemig. Processo: APQ-01204-16. Período de vigência: 2018 a 2020.

GASPARIN, João Luiz. *A construção dos conceitos científicos em sala de aula*. 2009. Disponível em: <http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/41/A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20dos%20conceitos%20cient%C3%ADficos%20em%20sala%20de%20aula.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.

GONÇALVES, Danyelle N.; SANTOS, Harlon R. R. Quem são os alunos das escolas estaduais de educação profissional do Ceará? Um estudo sobre o perfil socioeconômico. *Revista O Público e o Privado*, Fortaleza, n. 29, p. 155-184, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=1506>. Acesso em: 4 dez. 2021.

HELSPER, Ellen Johanna. Por que estudos baseados em localização oferecem novas oportunidades para melhor compreensão das desigualdades sociodigitais? In: NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. *Desigualdades digitais no espaço urbano: um estudo sobre o acesso e uso da Internet na cidade de São Paulo*. *Cadernos NIC.br, Estudos Setoriais*, São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, p. 19-42, 2019. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades\\_digitais\\_no\\_espaco\\_urbano.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf). Acesso em: 4 dez. 2021.

ILO. International Labour Organization. *Global employment trends for youth 2017: paths to a better working future*. *ILO report*. 2017. Disponível em: [https://www.ilo.org/global/publications/books/global-employment-trends/WCMS\\_598669/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/publications/books/global-employment-trends/WCMS_598669/lang--en/index.htm). Acesso em: 4 dez. 2021.

KNOP, Marcelo Ferreira Trezza. *Desigualdade digital e desigualdade social no Brasil*. 2020. 200 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MINAS GERAIS. *Lei 23.013*, de 21 de junho de 2018. Disciplina o uso de telefone celular em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-23013-2018-minas-gerais-altera-a-lei-n-14486-de-9-de-dezembro-de-2002-que-disciplina-o-uso-de-telefone-celular-em-salas-de-aula-teatros-cinemas-e-igrejas#:~:text=%22Art.,demais%20espa%C3%A7os%20destinados%20ao%20estudo>. Acesso em: 4 dez. 2021.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-66, abr. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 4 dez. 2021.

NERI, Marcelo Côrtes; OSORIO, Manuel Camillo. *Tempo para a escola na pandemia*. Rio de Janeiro: FGV Social, 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/10/FGV-Social-Neri-e-Osorio-Tempo-para-Escola-Pandemia.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.

NOVAES, Regina. Juventude, religiosidade, territórios e redes: reflexões sobre resultados de pesquisas. In: PINHEIRO, Diógenes; RIBEIRO, Eliane; VENTURI, Gustavo; NOVAES, Regina (org.). *Agenda juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 233-263. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/agenda-juventude-brasil-leituras-sobre-uma-decada-de-mudancas/>. Acesso em: 4 dez. 2021.

NOVAES, Regina. Os jovens “sem religião”: ventos secularizantes, “espírito de época” e novos sincretismos. Notas preliminares. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 321-330, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000300020&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300020&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 4 dez. 2021.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. *TIC educação 2018: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019a. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/216410120191105/tic\\_edu\\_2018\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/216410120191105/tic_edu_2018_livro_eletronico.pdf). Acesso em: 4 dez. 2021.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. *Desigualdades digitais no espaço urbano*: um estudo sobre o acesso e o uso da internet na cidade de São Paulo. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019b. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades\\_digitaes\\_no\\_espaco\\_urbano.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitaes_no_espaco_urbano.pdf). Acesso em: 4 dez. 2021.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. *TIC kids on-line Brasil 2019*: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093344/tic\\_kids\\_online\\_2019\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093344/tic_kids_online_2019_livro_eletronico.pdf). Acesso em: 4 dez. 2021.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, Lisboa-Portugal, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.

PRENSKY, Marc. Nativos Digitais, Imigrantes Digitais. *The Horizon*, Mcb University Press, v. 5, n. 9, out. 2001. Disponível em: [https://colegiongeracao.com.br/novageracao/2\\_intencoes/nativos.pdf](https://colegiongeracao.com.br/novageracao/2_intencoes/nativos.pdf). Acesso em: 4 dez. 2021.

SALES, Shirley Rezende. Tecnologias digitais e juventude ciborgue: alguns desafios para o currículo do Ensino Médio. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). *Juventude e Ensino Médio*: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: EdUFMG, 2014. p. 229-248. Disponível em: [https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo\\_juventude-e-ensino-medio\\_2014.pdf](https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo_juventude-e-ensino-medio_2014.pdf). Acesso em: 4 dez. 2021.

SANTIM, Itacir José; RIGONI, Priscila; MARCHI, Miriam; STROHSCHOEN, Andreia A. G. Concepções de pesquisa dos estudantes da Educação Básica: uma investigação do sul ao norte e nordeste do Brasil. *Revista Contexto & Educação*, v. 29, n. 94, p. 27-56, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3553>. Acesso em: 4 dez. 2021.

SARTORI, Ademilde Silveira; HUNG, Elias Said; MOREIRA, Patrícia Justo. Habilidades de professores e estudantes da Educação Básica no uso das TIC como ferramentas de ensino e aprendizagem: notas para uma prática pedagógica educacional. Caso Florianópolis 2013/2014. *Revista Contexto & Educação*, v. 31, n. 98, p. 132-152, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/issue/view/188>. Acesso em: 4 dez. 2021.

WILLIAMS, Malcom. Surveys sociais: do desenho à análise In: MAY, Tim. *Pesquisa Social*: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004. p. 109-132.